

DESCONSTRUINDO PRÉ-CONCEITOS: UMA PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA DAS AULAS DE PORTUGUÊS

DECONSTRUCTING PRE-CONCEPTS: A SOCIOLINGUISTIC PERSPECTIVE OF PORTUGUESE CLASSES

DESCONSTRUYENDO PRE-CONCEPTOS: UMA PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA DE LAS CLASES DE PORTUGUÉS

Fabício Silva Figueiredo

Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras. 2º semestre de 2018.

E-mail: fabricao.figueiredo17@hotmail.com

RESUMO

A sociolinguística, como ciência que estuda a língua em sociedade, pode contribuir, de forma muito eficaz, para as aulas de português. Com base nisso, este trabalho foi elaborado para apresentar essas contribuições, de tal forma que a noção de variação e os fatores que a favorecem possam ser levados em conta pelo professor ao elaborar suas aulas de ensino de gramática, principalmente a alunos do Ensino Fundamental II, de escolas públicas e classes mais desfavorecidas socialmente. Os objetivos propõem reflexões sobre preconceito linguístico, adequação, variação etc., e sugerem um ensino da norma culta tendo como ponto de partida a variante que o aluno traz de seu meio comunitário e familiar. Para embasar teoricamente as reflexões, foram pesquisadas diversas fontes bibliográficas, bem como considerado o conhecimento enciclopédico, isto é, o conhecimento de mundo, vindo das experiências nos meios familiar, comunitário e escolar, bem como as vivências de estágios e da formação em cursos de graduação. O resultado do percurso de pesquisa conclui: é possível trabalhar a norma padrão com os alunos sem estigmatizar a fala que usam. Mas é necessária muita reflexão por parte do professor acerca dessa temática, para ter um embasamento e aproveitar os gêneros textuais, principalmente os orais, importantes ferramentas para introduzir a norma culta como outra opção de registro linguístico.

Palavras-chave: Variação linguística. Preconceito linguístico. Norma culta. Ensino.

ABSTRACT

Sociolinguistics, as a science of language in society, can contribute very effectively to Portuguese classes. Based on that, this paper was designed to present such contributions, so that the notion of variation and the factors that favor it can be taken into account by the teacher when preparing his grammar classes, especially for fundamental education students, from public schools and socially disadvantaged classes. The objectives propose reflections on linguistic prejudice, adequacy, variation etc., and suggest a teaching of the cultured norm taking as its starting point the variant that the student brings from his community and family environment. To theoretically support the reflections, several bibliographic sources were researched, as well as the encyclopedic knowledge, that is, the knowledge of the world, coming from the experiences in the family, community and school environments, as well as the internship and higher education experiences. The research concludes: it is possible to teach the standard norm to students without stigmatizing the speech they use. But it is necessary a lot of reflection on the part of the teacher about this theme, to have a base and to take advantage of the textual genres, especially the oral ones, important tools to introduce the formal norm as another option of linguistic register.

Keywords: Linguistic Variation. Linguistic prejudice. Cultured norm. Teaching.

RESUMEN

La sociolingüística, como ciencia que estudia la lengua en sociedad, puede contribuir, de forma muy eficaz, para las clases de portugués. Sobre esa base, este trabajo se elaboró para presentar esas contribuciones, de forma tal que la noción de variación y los factores que la favorecen puedan ser tomados en consideración por el profesor al preparar sus clases de gramática, principalmente las destinadas a alumnos de la Educación Básica, de escuelas públicas y clases más desfavorecidas socialmente. Los objetivos proponen reflexiones sobre prejuicios lingüísticos, adecuación, variación, entre otros, y sugieren una enseñanza de la norma culta a partir de la variante que el alumno trae de su medio comunitario y familiar. Para fundamentar teóricamente las reflexiones, se estudiaron diversas fuentes bibliográficas, así como se consideró el conocimiento enciclopédico, es decir, el conocimiento de mundo, proveniente de las experiencias en el medio familiar, comunitario y escolar, así como las vivencias de pasantías y de la formación en cursos de pregrado. Los resultados de la investigación permiten las siguientes conclusiones: es posible trabajar con la norma estándar con los estudiantes, sin estigmatizar su forma de hablar. Pero es necesario una reflexión por parte del profesor sobre esa temática, para que tenga respaldo teórico y aprovechar los géneros textuales, sobre todo los orales, importantes herramientas para introducir la norma culta como otra opción de registro lingüístico.

Palabras-clave: Variación lingüística. Prejuicio lingüístico. Norma culta. Enseñanza.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como origem uma inquietação pessoal sobre formas de se trabalhar a norma culta com os alunos da Educação Básica. Assim, buscamos uma série de pesquisas sobre o tema e que abordassem mais especificamente os alunos que vêm de classes menos favorecidas da sociedade e que estão nos anos finais do Ensino Fundamental.

O que acontece frequentemente com essa parcela específica de alunos é a desvalorização das formas linguísticas que usam no seu cotidiano, em favor da norma culta que é imposta, em grande parte, como única forma de se falar português e que, se não seguida, o aluno é taxado como um indivíduo que “fala errado o português”.

Pretende-se com este TCC apresentar reflexões acerca desse ensino da norma culta, que é feito ainda hoje em muitas escolas seguindo os moldes tradicionais, e propor novos horizontes por meio de um trabalho diversificado, sem imposição, e que possa valorizar a variante do aluno, fazendo-o compreender que existem o adequado e o inadequado no que se trata da língua em uso.

Por meio de pesquisas, seja de cunho bibliográfico ou mesmo de experiências que vieram de observações do contexto escolar, é notável e profundamente preocupante a maneira com que o ensino de Língua Portuguesa está sendo trabalhado. A proposta desse trabalho, de forma geral, é apresentar os benefícios que a sociolinguística pode trazer para a sala de aula, pensando em turmas de alunos, como já dito anteriormente, de baixa renda e que estejam nos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas públicas.

No que se refere à organização, o artigo se divide em três seções. Na primeira faz-se um apanhado teórico sobre questões pertinentes à variação, erro, adequação e preconceito linguísticos, apresentando certos erros que estigmatizam a fala do aluno e que devem ser evitados. Na segunda, apresentamos algumas propostas, sob um viés prático, que poderão nortear o ensino da norma culta na escola, sem esquecer da diversidade linguística como identidade sociocultural do aluno e da comunidade, ou seja, é nessa parte do artigo que são sugeridas algumas propostas de intervenção e de ensino, com respaldo teórico em autores importantes, que não excluem a fala do aluno no processo de ensino, antes, partem daquilo que o aluno já sabe e usa para transmitir a norma culta da língua, em uma ideia de adequação linguística. Por fim, é abordada a metodologia de pesquisa usada.

Após percorrer todo esse caminho sobre ensino e aprendizagem, o artigo traz considerações finais, deixando um gancho para novas pesquisas na área, já que ainda há muito a estudar e compreender, para nortear a prática dos docentes de Língua Portuguesa.

SOCIOLINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A escola, como transmissora de um saber formal e sistematizado, passou por inúmeras transformações no que concerne aos diferentes modos de ensinar, em decorrência de fatores históricos, sociais, culturais e, principalmente, aos grandes avanços científicos no decorrer do tempo e que puderam orientar a prática pedagógica.

A sociolinguística configura uma área científica recente, mas que traz contribuições enriquecedoras para as aulas de Língua Portuguesa. Conforme Silva (2013, p. 14-15), “em 1963, o Social Sciences Research Council, uma associação de sociólogos, inaugurou os estudos sociolinguísticos”. Conseqüentemente, é a partir do surgimento das pesquisas sociolinguísticas, e da sua aplicação no meio educacional, que a prática dos professores de português passa a ser repensada e modificada, levando em conta não apenas o ensino da gramática, como algo distante do que o aluno usa cotidianamente, mas um ensino que parte do princípio de que o aluno conhece a gramática que rege a sua língua em uso, cabendo à escola aceitar essa realidade e promover um ensino da gramática normativa sem estigmatizar o uso da língua que ele traz consigo.

Varição e variantes: uma questão sociocultural

Até certo tempo atrás, as aulas de português se resumiam apenas em ensino da gramática e da norma culta como uma imposição. Isso era um modelo de aula quase inquestionável, até então. Com os aprofundamentos dos estudos da sociolinguística, percebeu-se que ao ensinar a norma culta aos alunos, a sua variante estava sendo totalmente desconsiderada nesse processo de ensino e aprendizagem, causando um rompimento muito grande entre a língua aprendida no meio familiar e comunitário e a variante que era imposta aos alunos no ensino formal, como se aquela aprendida no ensino formal fosse a única maneira de falar e que todas as demais estivessem erradas. Pensando nisso, Marcos Bagno (1999), aponta, em seu livro intitulado “O preconceito linguístico: o que é, como se faz”, o que ele chama de “mitos”, sendo um deles o fato de que o modo de falar mais correto é aquele que se mantém mais próximo da escrita; para ele, “é o velho preconceito grafocêntrico, isto é, a análise de toda a língua do ponto de vista restrito da escrita, que impede o reconhecimento da verdadeira realidade linguística” (BAGNO, 1999, p. 61).

Bagno certamente apoiou-se na concepção, já apontada por Saussure no século XX, de que a língua é um “fato social” (SILVA, 2013), ou seja, é o reflexo de inúmeros fatores que a modificam constantemente, tornando-a heterogênea.

Partindo de premissas diferentes e entendendo a língua como um sistema heterogêneo, Weinreich e dois de seus orientandos na época, Labov e Martin Herzog, discordam das teorias vigentes até então. [...] Os pesquisadores propõem um modelo de língua com heterogeneidade ordenada, ou seja, a língua pode ser, ao mesmo tempo, ordenada e inerentemente variável. Com essa proposta, eles lançam a base de uma nova linha de investigação na história das línguas, que continua forte e vigorosa até hoje (SILVA, 2013, p. 16-17).

Existem alguns fatores que tornam a língua heterogênea e a fazem variar. Escolaridade, faixa etária, sexo, região, nível econômico e tribos ou grupos sociais (SILVA, 2013). Um dos mais relevantes, no que se refere ao ensino da norma padrão nas escolas públicas e que mais interessa neste artigo, é o nível socioeconômico. Famílias de baixa renda fazem uso de uma variante menos prestigiada socialmente porque se distancia da norma padrão, gerando, na grande maioria das vezes, o que se chama preconceito linguístico e que será tratado mais adiante.

No contexto brasileiro atual, algumas famílias de baixa renda possuem menos acesso à cultura e atividades que possam acrescentar bagagem cultural e um maior contato com outras variantes da língua. Certas situações como peças de teatros, leitura de livros literários, etc., que fazem uso de uma linguagem mais rebuscada e cuidada, seriam favoráveis para se ter um contato maior com norma padrão, tornando possível o aumento do repertório linguístico do falante. Faraco e Zilles (2017, p. 36) apontam que pessoas que frequentam vários lugares, situações e “pelo fato de sua vida social e cultural ser assim diversificada, o falante vai constituindo um repertório linguístico igualmente diversificado”. Infelizmente para essas famílias, em sua maior parte, não dispõem de recursos para participarem dessas situações que fazem uso de um registro mais formal da língua; a escola acaba sendo então o único meio que possuem para se apropriarem de um saber formalizado e agregarem mais cultura e conhecimento.

Essa realidade nunca deve ser deixada de lado por um professor de Língua Portuguesa. Se o docente desconsiderar a realidade social e cultural de seu aluno, ele dificilmente conseguirá promover um ensino de qualidade. Com essa noção de que seus alunos vêm de um nível socioeconômico mais desfavorecido, o profissional da educação também deve compreender que a variante usada por esses alunos é, na maioria das vezes, desvalorizada socialmente e que por esse motivo eles podem ser vítimas de preconceito linguístico.

Ainda hoje é perceptível que muitos professores não veem isso, ou pelo menos fecham os olhos para essa realidade, impondo a norma padrão da língua sem se preocuparem com toda aquela bagagem linguística que o aluno traz de sua casa, ou seja, esquecendo-se de que aquela variante usada é falada por toda a família dele e de sua comunidade. Em face desta realidade, Martins, Vieira e Tavares (2014, p. 140) dizem que, dentre os muitos modos de não cair no erro de supervalorizar a variante padrão, “está a discussão nos espaços públicos, na mídia, na escola, sobre a questão da heterogeneidade da linguística como um fenômeno inerente a toda língua e, conseqüentemente, natural e até mesmo necessário”. Estes autores afirmam também que o trabalho a ser realizado pela escola já deve começar logo no Ensino Fundamental, para que os alunos já comecem a compreender a língua usada como forma de manifestação da sua própria identidade e cultura.

Na atualidade ainda impera muito o foco exagerado no erro linguístico dentro das salas de aula. Isso se dá ao fato de que o professor, na maioria das vezes, teve uma formação limitada, ou seja, centrada apenas na supervalorização de estudos gramaticais, em detrimento de outros tipos de estudos linguísticos, como a sociolinguística; não são poucas as vezes em que professor simplesmente fecha os olhos diante da realidade que o cerca, com a crença de que as aulas de português se restringem apenas ao ensino da gramática normativa e não julga necessário trazer para o contexto escolar a grande riqueza de dialetos e variações presentes no território brasileiro.

O aluno dos anos finais do Ensino Fundamental não precisa ter aulas de todo esse embasamento teórico aqui mencionado; é obrigação do docente conhecer profundamente esse ramo da linguística. Pelas atitudes que o professor toma em sala, os discentes irão, mesmo que inconscientemente, seguir os seus passos e repetir as atitudes que vivenciaram, pois, é de se esperar que eles o tenham, não raramente, como um modelo a ser seguido, justamente por ser uma pessoa provida de cultura e possuidora de um saber sistematizado.

A realidade em constante transformação serve muito bem para ilustrar essas situações corriqueiras no ambiente escolar. Com o crescente acesso da população às escolas, principalmente das camadas mais desfavorecidas, houve uma mudança no espaço escolar, exigindo que os professores se adaptem à essa parcela da sociedade para ofertarem uma educação de qualidade. Esses alunos, principalmente os dos anos finais do Ensino Fundamental¹, normalmente fazem uso de uma variante que já carrega um estigma de ser menos valorizada social e culturalmente. O que muito acontece dentro das salas de aula hoje é ver os professores de Língua Portuguesa, que deveriam ser os primeiros a defenderem a diversidade linguística brasileira, fazerem correções da fala dos alunos sem que haja todo um trabalho planejado e uma maneira mais apropriada de fazer isso, buscando meios de valorizar língua que o estudante usa, em uma perspectiva de diversidade linguística.

A necessidade da escola difundir o uso das regras de concordância, sobretudo entre os alunos das classes mais baixas, para garantir a esses alunos o domínio da linguagem do saber formal e do poder institucionalizado, não significa que a

¹ Como a pesquisa teve um viés voltado para o Ensino Fundamental, anos finais, toda e qualquer sugestão e observação que possa se referir à escola e aos alunos, está sendo destinada a essa parcela de estudantes em específico.

escola deve “corrigir” a fala desses alunos e que os indivíduos que não empregam essas regras em sua linguagem familiar devam ser discriminados; até porque a ciência da linguagem tem demonstrado que, com fatos mais do que evidentes, que não há nenhuma deficiência intrínseca com as variedades linguísticas que exibem sistemas defectivos em concordância (LUCCHESI, 2015, p. 194).

Com essa atitude, o professor pode causar ao aluno danos talvez irreversíveis. Se essa correção acontecer em um momento inoportuno, a turma poderá aproveitar da situação para ridicularizar o colega, talvez não na presença do professor, mas fora do espaço de sala de aula. Outro ponto negativo é que o aluno talvez se sentirá constrangido, passe a evitar a comunicação em sala e, se isso ocorrer, o docente acabou ferindo uma das quatro habilidades que devem ser trabalhadas na Educação Básica, que é a habilidade de falar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental apontam para a necessidade de desenvolver cada vez mais as apresentações dos alunos e outras atividades orais, onde ele tenha a possibilidade de usar os mais diversos registros linguísticos, sem que haja um foco excessivo apenas no registro formal.

Dessa forma, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (BRASIL, 1998, p. 25).

Pouco adianta planejar apresentações individuais ou em grupo se, ao invés de ter como objetivo primordial o desenvolvimento da fala diante de um público, usar desse momento para corrigir impensadamente a fala do educando. Essa atitude, muitas vezes mal pensada, pode criar uma situação ainda pior que é a questão do preconceito linguístico, o que fica ainda mais difícil de ser combatido se caso o professor for o seu propagador. Para Silva (2013, p.54), “muito se ouve falar ultimamente sobre preconceitos: contra os negros, os índios, os pobres, os sem-terra. [...] Não se ouve falar em preconceito linguístico. Segundo Scherre [...], ele é igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social”.

A temática do preconceito linguístico ainda não é debatida nos espaços de formação de professores, nas escolas e na mídia como deveria. A grande maioria da população desconhece a existência desse preconceito que, não sendo menos grave que os demais, é extremamente enraizado na sociedade, passando despercebido. Não raramente,

são os próprios docentes que deixam o preconceito se alastrar nas salas de aula, sendo eles próprios possuidores de uma concepção preconceituosa, em relação à fala dos alunos.

Segundo Bagno (1999), um grande mito que impera na mente dos docentes é que para o aluno escrever bem é necessário que sua fala seja “consertada”, ou seja, se o aluno tiver sua fala corrigida constantemente, com base na norma padrão da língua, ele produzirá bons textos, com poucos erros ortográficos e gramaticais. Como muitos autores pontuam, a fala e a escrita apresentam um certo distanciamento e peculiaridades muito grandes de uma em relação à outra; não devem ser pensadas como coisas opostas, mas como formas diferentes de se expressar e comunicar, cada qual com suas características. Por mais que se procure corrigir a produção oral de uma pessoa, a sua fala sempre irá apresentar variações, que podem ser, dentre outras, no campo lexical, quando uma pessoa troca uma palavra por outra que possui uma carga semântica equivalente (a palavra beija-flor, por exemplo, no Mato Grosso do Sul sofre uma variação diatópica e é substituída por *cuitelinho*), no campo fonético, quando um fonema possui uma mudança em sua pronúncia, caracterizando um modo de falar de alguma região específica (em algumas partes de Minas Gerais, o “R” é retroflexo, como em *poRteira*, *poRtão*, *soRvete*, etc.), no campo gramatical, quando se usa o pronome “você” em lugar do “tu”, por exemplo, e sucessivamente. Grande parte desses tipos de variações não implicam que o indivíduo não saiba fazer uso da norma padrão. Ele pode apresentar essas marcas na fala e não apresentar nenhum desvio² com relação à gramática. Mas, apesar de não caracterizar nenhum desvio, essas marcas variacionais na fala de alguém podem carregar alguns estigmas, atribuídos pela própria sociedade, tornando a pessoa vítima de preconceito.

Essa questão de ter a variante estigmatizada, de menos prestígio ou desvalorizada socialmente, é o que Gomes (2015, p. 87) procura deixar claro:

E a história nos demonstra: o que é padrão hoje pode não ter sido no passado e o que é não padrão hoje pode vir a sê-lo amanhã. Ocorre que a mudança só passa a ser verdadeiramente aceita quando alguém de uma classe privilegiada utiliza a variante linguística até então estigmatizada por ser usada por pessoas de uma classe social inferior.

Essa citação contribui para uma reflexão docente, pensando na prática pedagógica. Partindo desse pressuposto, muitas das formas consideradas padrão hoje são resultado de

² A palavra desvio é usada no sentido de que não há erro na fala desde que respeitadas as situações de uso, ou seja, a fala do indivíduo deve ser condizente com o tipo de formalidade que o contexto exige.

um longo processo de mudança lingúística, formas essas que agora são prestigiadas, mas não foram em algum espaço de tempo atrás, se for observado o seu percurso diacrônico. Fazendo um gancho com a questão da correção da fala, tal atitude pode fazer com que o aluno, que tendo o seu professor como modelo muitas vezes, tente reproduzir as suas atitudes tomadas em sala de aula. Não é raro ver crianças que, a exemplo dos seus mestres, começam a corrigir a fala de pessoas da família e comunidade. Como já dito anteriormente, uma das características das línguas naturais é o fato de sofrer variações ao longo do tempo. Para exemplificar, pessoas mais idosas, pensando na faixa etária como fator desencadeador de variações, tendem a ter, na produção oral, algumas diferenças em relação a pessoas mais jovens, justamente por causa desse princípio lingúístico (Léon, et al., 2013).

Ainda sobre o percurso diacrônico da língua, percebe-se que certas línguas como o português, o italiano, o espanhol, etc., mantêm uma relação de parentesco, justamente por possuírem uma mesma língua-mãe. Cecato (2017, p. 100 e 101) mostra que pelo método histórico-comparativo observa-se a “relação de parentesco” entre as línguas e que, com o decorrer do tempo e com as mudanças que sofrem, uma palavra de uma língua tende a ir se distanciando da palavra de outra. Se palavras vindas de uma mesma língua-mãe variaram tanto, o que não dizer de vocábulos de uma mesma língua que falantes dispõem para comunicarem-se e que carregam o peso de influências tão grandes, favorecendo a variação? Esse argumento embasa o fato de os jovens possuírem uma forma de falar diferente dos mais idosos³.

Essa questão não será detalhada neste artigo, o qual possui a finalidade de apresentar questões da sociolingúística referentes ao contexto de sala de aula e à disciplina de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental, mas, este exemplo ilustra muito bem e sustenta a afirmação de que as línguas variam e sempre variaram, cabendo ao professor pensar nas suas atitudes em sala e ensinando aos alunos a respeitarem as diversas formas de falar, seja de idosos, de grupos sociais, de pessoas vindas de outras regiões, etc. Essa diversidade não seria uma excelente proposta a ser trabalhada em sala?

³ Esta é apenas uma situação em que se procura descrever como essa variação pode ocorrer de uma geração para a outra; as demais possibilidades e explicações sobre a variação referentes à faixa etária podem ser vistas em SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A sociolingúística e a língua materna**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

Pensando nesse viés mais prático, algumas contribuições serão tratadas no item 2.2 desse artigo.

Atrás de um falar existe todo um percurso histórico, social, cultural e até mesmo individual que marca esse registro usado e que configura a própria identidade do falante. O professor, ao realizar ultracorreção, principalmente de uma forma impensada e fora dos objetivos da aula, desvaloriza a fala do aluno e conseqüentemente a identidade de um grupo social ao qual esse discente pertence.

Diante de tantos tipos de variações, como ter em mente que ao consertar a fala de um aluno será possível fazer com que ele cometa menos erros na escrita? Como que um aluno que provém de camadas mais pobres da sociedade, e que faz uso de uma variante desprestigiada social e culturalmente, poderá ter como motivo de seus erros ortográficos a sua variante? Por que ao invés de ficar corrigindo a fala dos alunos, não se busque meios realmente eficazes, com respaldo em teorias mais atuais, que poderão levar o aluno a uma aprendizagem efetiva da escrita, respeitando a sua variedade linguística, sem estigmatizá-la em decorrência das correções?

A resposta para esses e tantos outros questionamentos não é tão simples quanto parece. Mas, um professor como um ser crítico e reflexivo no processo de aprendizagem, pode deixar se conduzir por tais questionamentos e repensar a sua prática pedagógica, de modo que sua concepção de “ensinar português” tenha um novo paradigma.

O ensino da norma culta em uma perspectiva sociolinguística

Durante muito tempo, o ensino de português era voltado apenas para a gramática normativa e, por esse motivo, o que o aluno escrevia ou falava era apontado como “certo” ou “errado”, tendo como base esse padrão. A sociolinguística vem desmitificar essa ideia de erro, sendo comparado por Silva (2013, p. 54) como um rótulo: “O ato de rotular como certas ou erradas ações e reações é muito comum em nossa sociedade, mas, se pensarmos bem a respeito, poderemos perceber que *certo* / *errado* são palavras com significados relativos”. Como o Brasil é um país com grande extensão territorial, migração e a conseqüente miscigenação, assim como provido de outros fatores culturais e históricos, houve um favorecimento para florir a grande riqueza de dialetos presentes. É importante salientar que todas as variantes da língua falada possuem suas próprias regras, em relação

à sua estrutura, possuindo a “plenitude formal” e um “potencial semiótico” (FARACO e ZILLES, 2017, p. 45).

Cabe ao professor usar uma metodologia de ensino da norma padrão que não desvalorize ou estigmatize a variante do aluno, pois ela faz parte da sua individualidade (SILVA, 2013). Gomes (2015, p. 100) atenta para o fato de que “o papel do professor é bem complicado nesse conflito, porque a sociedade, principalmente os pais do aluno, cobra esse ensino da gramática por meio de regras, da mesma forma como eles foram ensinados, o que não significa que dominem a língua”. Hoje, com os avanços dos estudos, compreende-se que não há necessidade de o aluno ficar decorando e fazendo exercícios de regras gramaticais de forma repetitiva. É dever do professor ter esse conhecimento aprofundado, assim como conhecer também a realidade sociocultural dos seus alunos (SILVA, 2013).

A tarefa de ensinar a norma culta aos alunos do Fundamental não é tão simples como parece; quando esses alunos vêm de classes mais desfavorecidas a tarefa se torna mais complexa ainda. Diversos autores sugerem as mais variadas propostas a serem adotadas em sala e, dentre tantas opções, existem algumas que têm como objetivo transmitir a norma culta sem excluir a variante do aluno nesse processo, ou melhor ainda, partir do que ele já traz consigo para poder ensinar-lhe a língua formal.

Antes de mais nada, o docente deve desconstruir certos paradigmas em relação ao ensino de português. Um desses paradigmas é a crença de que vai ensinar ao aluno a falar a Língua Portuguesa corretamente. Léon, *et al.* (2013, p. 15) atenta-se para o fato de que é por meio do princípio da sistematicidade que “todo falante, ao adquirir uma língua, aprende toda a estrutura dessa língua”. E não é diferente com os alunos que chegam à escola, já dominando a estrutura e as gramáticas que regem a sua língua. Eles já sabem falar português! Afinal, qual falante não conhece as regras que governam a sua própria língua falada?

A criança aprende desde cedo as regras e as estruturas da sua língua materna, por meio de sua família e posteriormente de sua comunidade. Na maioria das vezes, essa variante não é dotada de um prestígio social, como já mencionado anteriormente, e por esse motivo é considerada, com base na norma padrão, um erro pelo professor e escola. Faraco e Zilles (2017, p. 39) chegam a afirmar que “o que motiva os juízos de correção/incorreção não é o fato linguístico em si, mas tudo o que ele evoca social e

culturalmente. Em outras palavras, a valorização positiva ou negativa das formas linguísticas é, na verdade, efeito da valorização positiva ou negativa que recai sobre os segmentos que as usam”.

A escola deve sim transmitir a norma padrão da língua, mas não de qualquer maneira, ou seja, não ignorando o que o aluno traz consigo.

Todo professor precisa ter a consciência de que os alunos provenientes de classes sociais menos favorecidas e de regiões distantes dos grandes centros urbanos mostram dificuldades em relação ao dialeto da escola, não por falta de capacidade intelectual, mas pela distância entre o seu e o que a escola está apresentando. Quanto maior a distância, maior a dificuldade encontrada pelo aluno em se apropriar da fala da escola. É muito importante que procuremos conhecer o perfil sociolinguístico do aluno e da própria comunidade, para que possamos saber por onde começar e que tipos de trabalhos propormos a fim de tentar envolvê-los, a princípio, com variantes características do local (SILVA, 2013, p. 190 e 191).

É de suma importância que o professor conheça a realidade sociocultural com a qual está lidando para que a aprendizagem possa se tornar mais significativa e para que não corra o risco de ensinar algo que esteja tão distante da realidade de seus alunos. Complementando esse raciocínio, Martins, Vieira e Tavares (2014, p. 55) alegam que:

Os alunos quando chegam à escola já são capazes de usar com razoável competência comunicativa o português, que é a língua materna de grande maioria dos brasileiros. Os professores não precisam preocupar-se em ensiná-los a empregar a língua portuguesa em tarefas comunicativas mais simples, do dia a dia, que já fazem parte de seu repertório. Todos nós começamos a dominar essas tarefas comunicativas desde os nossos primeiros meses de vida. À medida que a criança cresce, vai ampliando essas habilidades.

Em consonância com esse pensamento, Bagno (1999, p. 52) reforça que sem dúvida é importante ensinar a escrever de acordo com a ortografia, “mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada ‘artificial’ e reprovando como ‘erradas’ as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idioma”.

O papel da escola e do professor é transmitir aos alunos a norma culta da língua, ou seja, a variante que é mais considerada de prestígio social. O docente deve considerar também que a variante denominada como “padrão” e que a escola tem por obrigação transmitir, não exclui aquela que já é usada pelo educando, isto é, constitui-se mais uma forma de falar, ou seja, mais um registro linguístico que o aluno possuirá e do qual será capaz de usar em algumas situações que irão exigir um certo grau de conhecimento dessa forma linguística.

Uma crítica que se faz à sociolinguística, principalmente quando ela está relacionada ao meio educacional, é que não existem “erros” e que independentemente do modo que o aluno fale, no final das contas ele estará certo; não se deve corrigi-lo. Este tipo de afirmação se constitui em mais um equívoco, pois, a sociolinguística contribui a uma nova visão de ensino, que considera as mais diversas situações comunicativas e que estas exigirão do locutor um registro linguístico coerente e adequado com o contexto de comunicação. Abaurre, Pontara e Fadel (2000, p. 7) explicitam que os registros linguísticos “estão relacionados aos diferentes graus de formalidade do contexto de interlocução. [...] Temos as **situações informais** desse uso da linguagem (uso coloquial, em situações familiares) [...] e as **situações formais**” (grifo do autor). Quando o aluno produz um enunciado que está de acordo com o contexto, ele produzirá o que Silva (2012) chama de aceitabilidade, ou seja, o interlocutor compreende e concorda muito bem com o enunciado que o locutor proferiu e da forma com a qual ele se realizou. O professor deve ter essa noção de adequação linguística para que seus alunos possam percorrer um caminho de aprendizado de Língua Portuguesa onde poderá realmente saber como se situar com êxito em um contexto comunicativo.

A partir de todo esse apanhado teórico e dessa desconstrução de ideias não condizentes com o ensino de língua proposto atualmente, é de suma importância que o docente analise profundamente e reflita sobre a escolha do melhor material didático que usará nas aulas, sendo este muitas vezes a única ferramenta que o professor dispõe em suas mãos e que poderá auxiliá-lo.

Os livros didáticos devem apresentar sugestões de produção de textos orais em que o aluno possa se expressar utilizando os diferentes níveis de fala adequados aos contextos em que se realizam. Considerando que a língua portuguesa é heterogênea, esses livros devem propor situações sérias, em que as variações linguísticas poderão ser realizadas, não de forma caricaturesca, como antigamente, mas como forma de expressão de uma nação gigantesca e cheia de contrastes (CAPUTO, *et al.*, 2013, p. 117).

E em decorrência da riqueza linguística presente no território nacional, torna-se necessário adotar um livro didático que traga à tona toda essa diversidade que sempre foi ignorada pela escola. Os alunos precisam trabalhar todas as quatro habilidades nas aulas e de forma significativa: ler, escrever, falar e ouvir. O que ainda acontece muito é o foco apenas no ler e escrever, por meio de produções textuais e trabalhos de interpretação, e

ouvir, no sentido de acabar com indisciplina em sala de aula⁴. A habilidade de falar é pouco ou quase nada exercida de forma objetiva em sala de aula.

Essa falha, de não se trabalhar a oralidade como se deveria, está provocando consequências em que o aluno acaba levando para o resto da vida. É necessário um trabalho com a oralidade para que os alunos possam “praticar” e aprender a usar os diversos registros linguísticos que possuem e em suas respectivas situações comunicativas. Com a habilidade de falar bem trabalhada na escola, o aluno enquanto adulto terá menos complicação em exercer seu discurso em público, o que muitas vezes, para alguns, parece ser algo tenebroso. Um livro didático que favoreça tais atividades é um bom começo.

Silva (2012) propõe que outra forma de se valorizar a variante do aluno, trabalhando com sua oralidade, seria fazer uso da grande diversidade de gêneros textuais existentes. Os diferentes gêneros são produzidos com uma certa finalidade sociocomunicativa e, conseqüentemente, para serem usados em um contexto específico de uso.

Para começar um trabalho com a turma, de forma a aproximá-los e fazê-los se apropriarem aos poucos da norma culta, é interessante iniciar com gêneros textuais orais que usam uma forma de falar mais próxima daquela dos discentes e, com o decorrer do tempo, ir introduzindo outras formas de expressar-se, linguisticamente falando, sendo uma delas a norma culta, por exemplo, na modalidade escrita.

É necessário que se pense seriamente em um trabalho pedagógico que contemple os diversos gêneros textuais “desde os que constituem expressão da cultura popular aos mais formais e complexos” (MOLLICA e JUNIOR, 2016, p. 175).

Trabalhando com a oralidade na sala de aula, os alunos, com certeza, tornar-se-ão pessoas com menos problemas em realizar apresentações em público, quando necessário, e terão uma boa noção sobre o fato de não existir erro na fala, isto é, irão saber como adequar seu discurso ao contexto comunicativo em que estão inseridos, além de não serem vítimas de preconceito linguístico ou propagadores dessa atitude em relação à diversidade dialetal presente.

⁴ Ainda é comum essa distorção da habilidade de ouvir, compreendendo alunos quietos como prestando atenção na aula, apenas.

Metodologia usada para a pesquisa

No que se refere aos seus procedimentos práticos, este artigo é resultado de um estudo de natureza bibliográfica acerca de questões pertinentes à sociolinguística e à sua relação com as aulas de português no Ensino Fundamental II. A pesquisa foi realizada por meio da leitura sistemática e produção de fichamentos e resumos de obras que possuem um grande peso no que se refere à temática abordada, como obras de Bagno (1999), Faraco e Zilles (2017), Lucchesi (2015), Silva (2013), dentre outros.

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível realizar uma “conversa” desses autores com a realidade vivenciada hoje no meio educacional. Casarin e Casarin (2012, p. 76), ao falarem da importância dos fichamentos e dos resumos em uma pesquisa, afirmam que “o fichamento consiste na **seleção de ideias**, conceitos, elementos teóricos ou factuais do texto, sempre tendo em vista o tema que será explorado na pesquisa” (grifo do autor).

Mas, como toda pesquisa bibliográfica, essa se manteve com um olhar na prática docente, pois, o seu objetivo foi, além do enriquecimento pessoal enquanto acadêmico, uma busca de aprofundamento teórico que poderá encaminhar as aulas de Língua Portuguesa enquanto docente. A questão das variantes que o aluno traz consigo para a sala de aula não deve ser ignorada pela escola e todo professor deveria ter a consciência de como trabalhar isso em sala de aula de forma produtiva e enriquecedora.

Além da pesquisa bibliográfica usada para sustentar os principais conceitos e argumentos deste artigo, existem certas situações que não caracterizam uma pesquisa de campo propriamente dita, mas que não deixam de dar as suas contribuições na elaboração desta produção científica. Muitas reflexões que foram realizadas durante o curso ajudaram nesse processo de construção do saber científico, servindo de pontapé inicial para despertar a curiosidade e algumas elucubrações sobre uma proposta de intervenção na realidade escolar.

Algumas oportunidades em campo serviram para observar e refletir sobre a prática docente em algumas escolas, como é o caso dos estágios, por exemplo, os quais propiciaram uma proximidade da teoria estudada ao longo do curso e da realidade observada. Sendo assim, além da pesquisa bibliográfica, existe todo um percurso ao longo da graduação, como as teorias estudadas, os trabalhos e os estágios, que incitaram o

aprofundamento de um assunto que pode mudar muito o andamento das aulas de Língua Portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo está longe de ser um ponto final sobre as pesquisas que concernem ao ramo da sociolinguística e sua aplicação no meio educacional. Durante toda a pesquisa relacionada a esse artigo, buscou-se responder a um questionamento que permeia toda a prática pedagógica do professor de língua portuguesa em sala de aula: como trabalhar com os alunos de baixa renda a norma culta, sem desprestigiar aquela que eles trazem consigo?

A língua considerada um fato social está em constante transformação, cabendo ao docente acompanhar todas essas mudanças a fim de que esse percurso do ensino-aprendizado ocorra de qualidade e de forma significativa. É de se esperar que o docente esteja sempre a par de todas as discussões que possam surgir sobre esse tema. Seria quase que uma obrigação se manter sempre atualizado.

Este artigo pôde atingir aos seus objetivos no sentido de possibilitar uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre as considerações já feitas neste campo de estudo, mantendo um olhar na prática atual dos professores e refletindo sobre um bom ensino da norma padrão, onde será possível aplicar tais conceitos.

No decorrer do trabalho, não foram poucas as reflexões e os embasamentos teóricos que permearam pontos importantíssimos sobre o preconceito linguístico, por exemplo, onde se foi capaz de perceber o quanto certas atitudes podem provocar danos aos alunos, muitas vezes irreversíveis. Isso porque se desprestigia sua forma linguística, que é parte integrante da sua identidade, uma manifestação de vários fatores culturais, históricos e sociais, que fazem parte do grupo familiar e comunitário ao qual esse discente pertence. A escola deve pensar bem na forma que está transmitindo a norma padrão, seja em decorrência de ensino por imposição, assim como aconteceu em períodos anteriores da história do Brasil, ou como um ensino que não exclui uma forma em detrimento de outra, mas procura-se incluir a variedade de registros linguísticos e que fará com que o aluno possa participar de situações adequadas, com um discurso apropriado, sem ser vítima de preconceito linguístico. Esse preconceito que está enraizado, na maioria das

vezes, na sociedade, e mascarado, em forma de brincadeiras e comentários, que estigmatizam a fala do indivíduo.

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível ver um consenso entre os linguistas que afirmam não existir erro em relação à fala do aluno, mas que há um conceito de adequação, ou seja, não existe desvio desde que respeitada a situação em que o locutor está inserido e a sua fala em consonância com esse contexto comunicativo.

Permeando por toda essa perspectiva da língua, o artigo trouxe à tona certos paradigmas muito relevantes para a escola, se bem aplicados à realidade, e desde que o professor tenha plena consciência de tal importância.

Por fim, procurou-se relacionar toda essa teoria com a prática, efetivamente. Em primeira instância, sugere-se que o docente tenha conhecimento de todo esse repertório linguístico e saiba valorizar e trabalhar isso em suas aulas. A forma de transmissão da norma culta, a ser feita pela escola, foi uma das propostas tratadas nesse artigo. Questões como: o uso dos diversos gêneros textuais, inclusive daqueles que fazem uso de uma linguagem mais próxima daquelas dos alunos, a hipercorreção como algo a ser bem pensado e repensado, e um estudo de Língua Portuguesa como forma de expressão linguística e cultural da família e comunidade do educando, servirão como ponto de partida para as próximas discussões que vierem a surgir nessa temática.

Este trabalho, como uma inquietação pessoal sobre questões que concernem ao ensino de língua portuguesa nas escolas, chegou a atingir seus objetivos, mas a tarefa de ensinar língua portuguesa na escola não é um assunto que possa ser esgotado apenas com este artigo científico, mas antes, que esta produção sirva de interesse a outras pesquisas que contribuirão para o ensino e aprendizagem. A língua, como um fenômeno variável e heterogêneo, merece ser alvo de discussões e pesquisas a fim de que essa excelente área de estudos linguísticos, que é a sociolinguística, não se torne ultrapassada, mas antes, que acompanhe toda essa mudança, descrevendo-a e apontando novos horizontes para um ensino que realmente respeite a diversidade e acabe com preconceitos.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela Nogueira; FADEL, Tatiana. **Português: Língua e literatura**. São Paulo: Moderna, 2000.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 49 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília, 1998.

CAPUTO, Ângelo Renan da Costa *et al.* **Linguística aplicada.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

CECATO, Cleuza. **Introdução aos fundamentos teóricos da linguística.** Curitiba: Intersaberes, 2017.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística.** São Paulo: Contexto, 2017.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia de ensino de língua portuguesa.** 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.

LEÓN, Cleide Bacil de *et al.* **Comunicação e expressão.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (orgs.). **Ensino de português e sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

MOLLICA, Maria Cecília; JUNIOR, Celso Ferrarezi. **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2016.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito.** São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A sociolinguística e a língua materna.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

_____. **A linguística textual e a sala de aula.** Curitiba: Intersaberes, 2012.